



Educação e diversidade cultural

Irizelda Martins de Souza e Silva e Osmar Nascimento de Oliveira*

Departamento de Teoria e Prática da Educação, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: osmarnascimento@hotmail.com

RESUMO. Este texto procura analisar questões referentes às principais tensões a serem resolvidas pela educação, objetivando dar clareza à temática da diversidade cultural. Discutimos neste espaço o contexto do surgimento de conceitos como o de diversidade cultural, pluralismo, multiculturalismo, interculturalidade, identidade, entre outros. Baseamos este estudo em pesquisas realizadas por professores da Área de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, que analisam aspectos importantes a respeito da história da educação brasileira, em especial documentos de organismos internacionais como a Unesco.

Palavras chave: história da educação, políticas públicas, tensões, Unesco.

Education and cultural diversity

ABSTRACT. This paper seeks to analyze the main issues concerning the main tensions to be resolved by the education, aiming to clear the theme of cultural diversity. Here in it is argued in the context of the emergence of concepts, such as cultural diversity, pluralism, multiculturalism, interculturality, identity, among others. This study is based on a research conducted by teachers of the area of public policy of the State University of Maringá, which examine important aspects of the history of Brazilian education, in particular documents of international organizations like UNESCO.

Keywords: history of education, public policy, tensions, Unesco.

Introdução

De acordo com Carvalho e Faustino (2010), multiculturalismo, interculturalidade, identidades, pluralismo e diversidade são temas amplamente discutidos nas últimas décadas. Políticas públicas de inclusão social vêm sendo desenvolvidas desde o final da Segunda Guerra mundial por organismos internacionais, em especial a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Dentre os organismos internacionais, destacamos a Organização das Nações Unidas (ONU), uma instituição internacional com sede em Nova Iorque, fundada após a Segunda Grande Guerra com o objetivo principal de manter a paz e a segurança mundial. Essa organização é formada por 192 países unidos em torno da Carta das Nações Unidas, uma espécie de tratado internacional que postula os direitos e os deveres dos membros da comunidade internacional.

Com a fundação da ONU, foram criados, conjuntamente, organismos internacionais especializados, dentre os principais estão: FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), OIT (Organização

Internacional do Trabalho), FAO (Organização de Alimentação e Agricultura) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) (FREITAS, 2011, p. 1).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco –, organismo criado conjuntamente com a ONU, foi fundada em 16 de novembro de 1945, com a meta de criar condições para a efetivação de um diálogo baseado no respeito por valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Para a Unesco, a educação, ciências, cultura e comunicação são condições necessárias para que se consiga atingir um objetivo mais ambicioso, o de construir a paz nas mentes dos homens.

Consideramos marcos importantes na história da Unesco, na década de 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, em Jomtien, na Tailândia, e o Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, mais conhecido como *Relatório Delors*, de 1996 (DELORS, 1996).

Nesses documentos estão estabelecidos, respectivamente, compromissos mundiais de forma a garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna bem como propalam,

[...] a defesa de uma construção da consciência da pessoa para que, em processo evolutivo, torne-se um ser que pense sobre os atos do presente projetando-os para o futuro, de forma a interferir intencionalmente no devir social (RIZO, 2010, p. 56).

Para a educação do século XXI, de acordo com o Relatório Delors, é necessário superar as diversas tensões que constituem o cerne da problemática deste século. Dentre elas, o relatório destaca as tensões entre o global e o local; entre o universal e o singular; entre a tradição e a modernidade; as soluções de curto e longo prazo; a tensão entre a indispensável competição e o cuidado com a igualdade de oportunidades; entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação do homem; e ainda a tensão entre o material e o espiritual.

O Relatório Delors surge em função da necessidade de se refletir sobre as soluções para tais conflitos e tensões. Dessa forma, passam a fazer parte das discussões a respeito da paz mundial questões relativas ao multiculturalismo, interculturalidade, identidades, pluralismo e diversidade cultural.

Objetivando a análise de questões referentes a essas tensões a serem resolvidas pela educação, com o fito de dar clareza à temática da diversidade cultural, este texto fundamenta-se em estudos recentes realizados pelas professoras da Universidade Estadual de Maringá Elma Júlia Gonçalves de Carvalho, Rosângela Célia Faustino e Gabriela Rizo, relacionados à educação e diversidade cultural, publicados na obra *Educação e Diversidade Cultural* em 2010.

As pesquisadoras supracitadas possuem diversos artigos e livros sobre a temática da diversidade cultural. Em 2010 lançaram uma obra intitulada *Educação e Diversidade Cultural*, onde estão reunidos diversos artigos sobre esse assunto. Na obra são abordadas questões relativas à educação e à diversidade cultural fundamentadas, principalmente, na análise de documentos oficiais tais como leis, decretos, estatutos e outras políticas públicas, além de eventos como a Conferência *Mundial de Educação Para Todos*, realizada em 1990 na cidade de Jomtien na Tailândia, ou ainda em documentos elaborados por/para organismos internacionais como a UNESCO, tais como o Relatório Delors, a Declaração Universal sobre a Diversidade, entre outros, que tratam da temática da diversidade cultural, a qual vamos discutir a seguir.

Segundo Carvalho e Faustino (2010, p. 8), essa temática teve origem no Canadá, na década de 1970, e envolve o “[...] reconhecimento legal da existência de diferentes grupos linguístico-culturais em um mesmo país”. Nessa década e na seguinte, nos Estados Unidos

e na Europa, adotaram-se políticas governamentais de valorização de diferenças culturais, incentivando sua coexistência pacífica, pautada no “[...] respeito às crenças, escolhas e costumes diferenciados como um elemento importante para se alcançar a tolerância, combater o racismo, a discriminação e construir a paz social” (CARVALHO; FAUSTINO, 2010, p. 9). Com a implementação dessas políticas, o Estado almejava controlar os movimentos sociais e eliminar os conflitos.

No âmbito das políticas públicas, o ideário do multiculturalismo se disseminou também nos países menos desenvolvidos, como os latino-americanos. A política multicultural se expressou na formalização de uma agenda de compromissos a ser implementada pelo Estado como garantia à igualdade formal. Nessa agenda política, a escola aparece como *locus* privilegiado, assumindo um papel primordial no combate à exclusão, à marginalização e à discriminação contra minorias. Recai sobre ela a responsabilidade de promover práticas inclusivas, de respeito e de valorização da diversidade (CARVALHO; FAUSTINO, 2010, p. 9).

Apresentada essa rápida contextualização histórica sobre o surgimento da diversidade cultural e a participação da escola para sua efetivação, neste estudo retomaremos as principais tensões a serem resolvidas pela educação, com o intuito de focalizar a diversidade cultural tendo como suporte os textos de Rizo (2010) e Carvalho (2010).

Carvalho (2010) assinala que as transformações econômicas, políticas e sociais das últimas décadas, em especial a globalização, redefiniram os conceitos de democracia, de cidadania, de direitos e deveres dos atores sociais:

A cidadania é historicamente um atributo político, entendido não apenas como um direito ou um conjunto de direitos sociais, mas como um princípio de organização e de regulação da sociedade. A cidadania, no Estado-nação, fundava-se na legitimidade dos aparelhos do Estado como guardião da nação [...]. Nesse sentido, o Estado se confundia com a coletividade dos cidadãos (CARVALHO, 2010, p. 24).

Em função das transformações vivenciadas nas últimas décadas, o Estado foi, aos poucos, deixando de ofertar plenas garantias de segurança e proteção coletivas, recaindo sobre o cidadão a responsabilidade de agir por si mesmo, além de encontrar alternativas e soluções para seus problemas sem ter que recorrer aos serviços públicos, em um tipo de ‘cidadania ativa’. Dessa forma:

[...] as propostas educacionais deslocam o processo de formação da solidariedade do âmbito nacional para o âmbito local/particular de cada cidadão. Nesse contexto, o espaço escolar vem se firmando como um espaço de transformação da cidadania.

Comprometendo-se com a ideia de ‘auto-determinação’ e de ‘empoderamento’ em nível individual e comunitário, habilita o sujeito a agir por si mesmo e, ao mesmo tempo, a se adequar aos padrões da sociedade globalizada (CARVALHO, 2010, p. 26).

Não apenas os poderes e as funções do Estado sofreram alterações, mas as relações de trabalho também foram reconfiguradas em função das alterações que ocorriam em todo o planeta, influenciando as políticas educacionais. A escola, por sua vez, é chamada a assumir a responsabilidade pela transmissão de novos conhecimentos e formar competências que auxiliem os homens a se adaptarem às novas condições de vida.

Do ponto de vista econômico, o papel da educação passa a ser identificado com as novas demandas do mercado, entre as quais, formar as novas habilidades necessárias à economia flexível e informacional. Cabe-lhe estimular os indivíduos a adquirir capacidade cultural e técnica para acompanhar as mudanças incessantes no processo produtivo, enfrentar as intranquilidades, adaptar-se rapidamente às pressões imediatas e às incertezas inerentes à luta pela sobrevivência num mundo cada vez mais competitivo e exigente, e a enfrentar, mesmo com anos de estudo e experiência, a perspectiva de serem declarados excedentes pelas novas formas da automação e da reengenharia. Tal fato que exige um espírito empreendedor que favoreça a busca de alternativas de subsistência. Do ponto de vista político, diante do recuo na atuação do Estado, a educação é vista como condição para formar a nova cidadania, ou seja, a ‘cidadania ativa’. Nesse caso, o cidadão comum é o responsável tanto por suas ações, ideias e auto-preservação quanto pelo seu grupo e pelo mundo em que habita. Ou seja, a educação torna-se responsável tanto pelo desenvolvimento humano sustentável quanto pela construção da ‘cidadania global’, cujo sentido é fortalecer o compromisso do indivíduo com ser cidadão do mundo, com construir democracias multiétnicas e a paz mundial (CARVALHO, 2010, p. 42).

Carvalho (2010) afirma que os maiores desafios dessa nova era para a educação são o ‘risco de apagamento das diferenças’ dado pela igualdade cultural e o ‘risco de absolutização das diferenças’, pois no atual contexto social o interesse coletivo está sendo substituído pelos individuais. A autora salienta que a complexidade inerente a essa temática desafia os educadores a repensar e a refletir acerca de teorias e práticas já consagradas.

Rizo (2010), ao elaborar uma análise do Relatório Delors, apresenta importantes aspectos relacionados à educação que considera necessários para o novo século, em função das transformações mundiais na

economia, na política e na sociedade. A autora evidencia que, no Relatório, defende-se:

[...] uma construção da consciência da pessoa para que, em processo evolutivo, torne-se um ser que pense sobre os atos do presente projetando-os para o futuro de forma a interferir intencionalmente no devir social. Essa ideia é o marco central da proposta da Comissão Delors, que visa nortear todos e quaisquer documentos estruturantes de uma educação para o século XXI. Desde princípios curriculares até propostas de planejamento do setor educativo, a formação de sujeitos capazes de interferir em sua história e na história coletiva é a motivação essencial das ações educativas a partir dos anos de 1990, sendo ponto relevante para corroborar um projeto educativo nas Nações Unidas cuja função é a de ser base para a construção da segurança mundial (RIZO, 2010, p. 56).

Esse é o sujeito necessário para a resolução dos problemas do século XXI. Cada um torna-se responsável pela sobrevivência própria e da humanidade. À educação cabe despertar na humanidade um pensamento universal e coletivo com vistas ao cultivo do interior das pessoas, como uma espécie de superação de si mesmo.

[...] os Estados, além da paz com o outro, teriam como função estimular a capacidade de seus cidadãos para a reflexão sobre os problemas da humanidade e sobre a construção do futuro da Terra. Os novos conflitos e as novas guerras, mesmo quando oriundos de causas econômicas, como as guerras promovidas entre Estados, deveriam ser discutidos pelos cidadãos, pelas células mínimas da sociedade, uma vez que, no mundo globalizado, cada um faz parte da estabilidade geral, e o conflito em seu quintal é sempre um conflito mundial, *in our global neighbourhood*. Assim, o desafio da Unesco para o século XXI seria formar um cidadão ativo para o novo contexto mundial. Para tal, o que deve ser estimulado pela educação? Uma visão de mundo ampla por parte das pessoas, a capacidade dialógica e o esforço de superação do etnocentrismo em busca de cooperação e sensibilização pelo sofrimento do outro. Mas, para isso, torna-se essencial a compreensão de si mesmo como ser no mundo, cuja ação tem efeito sobre o espaço em que se vive e sobre o outro, não sendo ato inconsciente, e podendo ser valorada enquanto ação de um ser que transforma o mundo e o futuro. Assim, não só Estados, mas cada um de nós passa a se considerar responsável pelo futuro do planeta, reestruturando concepções sobre como a paz pode ser construída, ou o quanto estimulamos ou evitamos individualmente os conflitos. Da mesma forma, suas causas, como a pobreza, a miséria e o subdesenvolvimento devem ser também objeto da reflexão pessoal em direção a lutas coletivas. Tornar-se um sujeito mediante a educação inicia-se no

aprendizado sobre o mundo para chegar ao aprendizado sobre si mesmo e integrar-se ao outro, buscando solução para a melhoria de vida de todos (RIZO, 2010, p. 66-67).

Essa citação apresenta questões fundantes das propostas do Relatório Delors da educação para o século XXI. Verificamos a preocupação com a formação de um indivíduo adaptado às novas relações sociais, cujas ações devem ser pensadas e refletidas com vistas a um futuro de paz para toda a humanidade. Fica clara a intenção de se construir um tipo de pensamento social guiado para a ação concreta e compartilhada de toda a humanidade em favor de si mesma, assim como do meio em que vive. Para Rizo (2010), a Unesco tem, em suas diretrizes, o objetivo de formar sujeitos com capacidade para compreender o mundo em sua pluralidade, vivenciar sua identidade cultural e valorizar-se a si mesmos como sujeitos das próprias vidas. A autora assinala que a interação dessa tríade constrói a autoestima de cada ser humano em nosso planeta.

A valorização de cada pessoa se assenta num equilíbrio entre suas heranças histórico-culturais e suas características pessoais. Porém, vê-se aqui a projeção das intenções das Nações Unidas tendo em vista um mundo multicultural rumando para o intercultural. Ou seja, embora assumamos que o mundo é composto por várias culturas, a proposta visa à educação de um ser humano que se permita ser influenciado por outros, embora sem perder sua identidade, rumo a um planeta em diálogo. A causa das guerras sempre foi o desentendimento. A estrutura diplomática foi criada para que o diálogo fosse possível entre nações com objetivos diferentes. Da mesma forma, em um mundo onde os atores que desencadeiam conflitos não são facilmente identificados, e muitas vezes crises ocorrem não só pela existência de interesses diferentes, mas pela incapacidade de grupos menores (e não somente países) dialogarem entre si, o papel dos órgãos de consenso e fazer com que a geração presente e as próximas possam superar barreiras para a construção da paz. Porém, apesar da composição internacional da equipe de Delors, a posição adotada pela comissão não se baseou em um modelo educativo que procurasse pontos comuns em todas as culturas para estabelecer princípios educativos. O Relatório Delors deixa claro que a Comissão reconheceu que superar determinadas barreiras seria impossível (RIZO, 2010, p. 68-69).

Segundo Rizo (2010), a educação proposta no Relatório precisa estimular e criar condições para que as pessoas se adaptem aos fenômenos da globalização. Isto pode ser visto por uns como benéfico, no entanto para outros revela o aumento da polarização mundial, ou seja, percebem o

distanciamento cada vez maior entre os muito ricos e os muito pobres e, sobretudo para os excluídos, “[...] a imprevisibilidade de seu futuro os coloca à deriva, o que os faz entregar suas vidas aos mais poderosos” (RIZO, 2010, p. 71).

Principalmente, essa imprevisibilidade faz com que todos nós estejamos indubitavelmente submetidos à mesma demanda educacional, qual seja, capacitamos-nos necessariamente para analisar e construir o futuro de forma a evitarmos nossa própria eliminação e de nossa cultura. Essa parece ser a lição do Relatório Delors que acredita que uma educação para a reflexão e para um ser humano agente pode tornar o mundo mais igual em termos sociais. Nesse mundo, aquilo que o Relatório chama de comunidades humanas revivificadas se colocam em contraposição à globalização predatória. O modelo de educação pretendido, incentivando a formação de um cidadão que é sujeito reflexivo é ponto essencial para o desenvolvimento sustentável, para a construção da equidade e, assim, para a manutenção da paz. Ainda que a educação não possa sanar os problemas existentes, por seu caráter teleológico visa, utopicamente, estabelecer metas para a possível superação dos problemas do presente, uma vez identificados, em função de um projeto futuro. No caso da Unesco, esse projeto é a paz mundial, e, para a ONU, trata-se da segurança planetária (RIZO, 2010, p. 71-72).

Considerações finais

Para finalizar sua análise sobre o Relatório Delors, Rizo (2010) conclui que a principal tensão a ser vencida pela educação do século XXI é aquela entre o local e o global. Dessa forma, acredita que a humanidade estaria direcionando seus esforços rumo a uma situação em que prevaleçam a paz e a segurança mundial.

A educação para o século XXI é aquela que impõe uma nova compreensão do ser humano, que demanda a modificação dos esforços cognitivos de todas as pessoas do mundo como ápice da interdependência mundial e que requer o absoluto controle dos indivíduos para manter a segurança. ‘Quando propõe a globalização como fator intercultural a ser priorizado, a Comissão Delors reconhece que a tensão a ser ultrapassada no novo século, para que se chegue a paz, seria a tensão entre o global e o local, entre o universal e o singular, entre a tradição e a modernidade – resumida pela seguinte situação atual: adaptar-se sem negar a si mesmo’ (RIZO, 2010, p. 72-73, grifo nosso).

A análise apresentada por Carvalho (2010) e Rizo (2010) nos permite relacionar alguns pontos em comum entre suas escritas a respeito das tensões a serem resolvidas pela educação nesse novo mundo, sendo a principal delas o enfrentamento da questão

global/individual por meio da formação de uma consciência coletiva com vistas a evitar e a superar conflitos objetivando a segurança e a paz, esta fundamentada no respeito às diferenças aos valores, culturas e crenças de cada um dos povos que compõe a coletividade global. Concluímos nossa análise sobre essa temática apresentando um pensamento de Rizo (2010, p. 74):

Os indivíduos são responsáveis pela segurança internacional, e não os Estados. Um sujeito capaz de construir o futuro deve ser presente em todas as culturas, de forma a permitir a sustentabilidade do planeta no século XXI.

Referências

CARVALHO, E. J. G. Educação e diversidade cultural. In: CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. (Org.). **Educação e diversidade cultural**. Maringá: Eduem, 2010. p. 17-54.

CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. **Educação e diversidade cultural**. Maringá: Eduem, 2010.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre a educação para o século XXI. Lisboa: ASA, 1996.

FREITAS, E. **ONU**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/onu.htm>>. Acesso em: 29 set. 2011.

RIZO, G. Relatório Delors: a educação para o século XXI. In: CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. (Org.). **Educação e diversidade cultural**. Maringá: Eduem, 2010. p. 55-84.

Received on August 20, 2011.

Accepted on October 10, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.